

ALMG presta homenagem à mulher

Cinco eixos temáticos vão nortear a discussão, entre eles saúde e educação inclusiva

Com um ato marcado para as 14 horas, no plenário, a Assembleia Legislativa comemora hoje, às 14 horas, o Dia Internacional da Mulher. O evento é iniciativa das deputadas estaduais e será norteador a partir da discussão de cinco eixos temáticos: saúde da mulher - direitos sexuais e direitos reprodutivos; educação inclusiva e não sexista; enfrentamento à violência contra a mulher; poder e participação social e política; e autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania. A data é celebrada anualmente em 8 de março, mas como este ano coincidiu com o Carnaval, a comemoração foi marcada para uma semana depois.

Inspirados no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os eixos temáticos serão abordados por cada uma das cinco parlamentares com assento na Casa. A deputada Ana Maria Resende (PSDB) vai falar sobre o enfrentamento à violência; o tema educação ficará a cargo de Maria Tereza Lara (PT); Luzia Ferreira (PPS) discorrerá sobre autonomia e igualdade no mundo do trabalho; Liza Prado (PSB) abordará o tema saúde; e Rosângela Reis (PV) falará sobre poder e participação política.

Propostas de mudanças

Embora sejam maioria na população do Estado (52%), as mulheres ainda estão longe de ocupar os espaços de poder em igualdade com os homens. Mas as parlamentares estão dispostas a mudar esse quadro. "Não acho que a mulher tem de ter privilégios, mas somos tão capazes, eficientes e competentes quanto os homens", afirma a deputada Ana Maria Resende, que defende a participação das mulheres inclusive na Mesa da Assembleia.

A deputada Maria Tereza Lara enfatiza que "a democracia de gêneros passa por uma educação sem discriminação e pela formação de consciência sobre a importância da mulher".

Para Luzia Ferreira, o 8 de março é uma data comemorativa, mas também uma oportunidade de reflexão. "É importante ter na prática o que é obtido pela lei", comenta. A parlamentar destaca que uma das principais questões a serem debatidas é a igualdade salarial entre homens e mulheres que ocupam os mesmos postos de trabalho.

Segundo a deputada Liza Prado, "é muito importante que a bancada feminina não fique apenas no discurso". Ela sugere a elaboração de um estudo sobre quanto foi efetivamente orçado e aplicado nos orçamentos do Estado, da União e do Município de Belo Horizonte, nos últimos anos, em políticas públicas em defesa da mulher.

Já a deputada Rosângela Reis defende a integração do Parlamento com o Executivo visando aprofundar o debate e elaborar políticas públicas. Ela propõe a interiorização das varas judiciais especializadas na defesa da mulher.

Apoios

Além das deputadas, vão compor a mesa a presidente do Conselho Estadual da Mulher, Carmem Rocha, e a conselheira Marlize Matos, chefe do Departamento de Ciência Política da UFMG e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da Universidade. A comemoração tem o apoio do Conselho Estadual da Mulher e da Coordenação Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Deputadas se reúnem com diretor e servidores da Casa, para preparar o ato do Dia Internacional da Mulher



VAGNER ANTÔNIO

Palestras celebram Dia do Consumidor

Analisar os avanços, celebrar as conquistas e debater os desafios no campo da defesa do consumidor para os próximos anos. Esses são os objetivos do Ciclo de Palestras que o Procon Assembleia, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais -, realiza hoje, na Escola do Legislativo (av. Olegário Maciel, 2.161 - Lourdes - Belo Horizonte), a partir das 14 horas.

O evento marca a comemoração dos 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Dia Internacional do Consumidor, comemorado em 15 de março. As inscrições, limitadas a 120 pessoas, podem ser feitas por meio do site da ALMG (www.almg.gov.br) até ao meio-dia.

De acordo com o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Assembleia, deputado Délio Malheiros (PV), o evento vai mostrar que o

CDC equilibrou as relações de consumo e tornou-se instrumento imprescindível para o exercício da cidadania.

Legitimidade

O coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa, afirma que nos últimos 20 anos o consumidor passou a ser reconhecido como parte vulnerável nas negociações e que precisa de proteção. Isso significa que as empresas passaram a aceitar a legitimidade dos órgãos de defesa do consumidor como mediadores dos conflitos envolvendo negociações comerciais.

Barbosa cita como conquistas importantes proporcionadas pelo CDC o direito de o usuário manter o número de seu celular quando troca de operadora de telefonia, o crescimento das convocações de compradores, por parte das empresas, para a troca

de algum componente que pode comprometer a segurança ou o funcionamento de equipamentos (recalls) e a proibição de as operadoras de cartão de crédito enviarem cartões sem que os clientes os tenham solicitado.

Para os próximos anos, analisa o coordenador, o maior desafio será disciplinar os setores bancário e de telefonia, campeões nas estatísticas de reclamações no Brasil inteiro. "Mas o próprio CDC precisará de uma revisão", avalia o deputado Délio Malheiros, para quem o Ciclo de Palestras será uma boa oportunidade para se levantar essa discussão. Segundo ele, em alguns segmentos do mercado nada menos que 60% das transações são realizadas via internet. "Há 20 anos, quando o Código entrou em vigor, esse tipo de negociação não existia. Então, a lei precisa mudar para contemplar essa modalidade", considera o parlamentar.

Comissão desarquiva projeto de Formiga

O presidente da Comissão de Participação Popular, deputado André Quintão (PT), solicitou o desarquivamento do Projeto de Lei (PL) 4.606/10, que proíbe a cobrança de taxa para a expedição e registro de diploma pelas escolas privadas de educação básica e pelas instituições públi-

cas e privadas de Ensino Superior.

O projeto, de autoria da Comissão de Participação Popular, é oriundo da Proposta de Ação Legislativa (PLE) 1.030/09, sugerida pela Associação dos Moradores e Amigos de Formiga (Amafor), e tinha sido arquivado devido ao encerramento da legislatura.

A defesa oral da proposta foi feita inicialmente em maio do ano passado, pelo estudante Thiago Leão Pinheiro, presidente da Amafor. Um fato inédito, já que foi a primeira vez que um cidadão defendeu oralmente uma PLE na Comissão de Participação Popular.

PÁGINA PREPARADA PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>PODERES DO ESTADO</p> <p>Executivo GOVERNADOR ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA</p> <p>Legislativo DEPUTADO DINIS PINHEIRO</p> <p>Judiciário DESEMBARGADOR CLÁUDIO COSTA</p>	<p>Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais</p> <p>MARIA COELI SIMÕES PIRES</p> <p>Diretor-Geral da Imprensa Oficial</p> <p>CARLOS ALBERTO PAVAN ALVIM</p>	<p>MINAS GERAIS</p> <p>ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO</p> <p>Editor-Geral</p> <p>AFONSO BARROSO DE OLIVEIRA</p> <p>IMPrensa OFICIAL - Av. Augusto de Lima, 270 Belo Horizonte - MG - CEP 30190-001</p>
---	---	--

Telefone Geral: (31) 3237-3400 • Redação: (31) 3237-3453/3464 • FAX: (31) 3237-3501 • E-MAIL: libertas@iof.mg.gov.br • DISPONÍVEL NA INTERNET NO ENDEREÇO: www.iof.mg.gov.br